

VELHICE E EXCLUSÃO DIGITAL: uma “nova questão social”?

Sara Nigri Goldman¹

RESUMO

O debate acadêmico acerca da questão social polariza duas posições antagônicas: a corrente da chamada pós-modernidade que apóia a emergência de uma “nova questão social” e a corrente de tradição marxista, que a nega. A velhice e a exclusão digital são os temas do qual iremos tratar, entendendo-os como expressões da questão social sob a globalização e não como uma “nova questão social”. Cabe lembrar que o crescimento da população brasileira ocorre paralelamente ao avanço acelerado das novas tecnologias digitais que vão demandar uma inserção imediata dos idosos para acessar terminais eletrônicos de bancos e demais equipamentos eletrônicos.

Palavras-Chave: questão social, velhice, exclusão digital.

ABSTRACT

The academic debate on the social question polarizes two opposite positions: the so-called postmodernity current, which supports the emergence of a "new social question", and the marxist tradition current, which denies it. We will focus on aging and digital exclusion, understanding those issues as expressions of the social question under globalization and not as a "new social question". We must recall that the growth of the Brazilian population runs parallel to the accelerated advance of new digital technologies which will demand an immediate insertion of elderly people in order to access electronic bank terminals and other electronic equipments.

Key-words: social question, elderly, digital exclusion.

1 INTRODUÇÃO

A concepção da questão social está diretamente relacionada com o conflito capital-trabalho. Para Cerqueira Filho (1982) “engloba o conjunto de problemas políticos e sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs ao mundo, no curso da constituição da sociedade do capitalismo”(p.21). Os intelectuais do Serviço Social de tradição marxista como José Paulo Netto(1992), Marilda Iamamoto (2001), Franci Cardoso(2000) dentre outros, entendem a questão social visceralmente vinculada à relação capital trabalho.

A emergência e consolidação do ideário neo-liberal traz à tona a constituição de uma “nova questão social”, resultado da globalização e de suas conseqüências na sociedade. Despolitiza-se, assim, a questão social, atribuem-se as mazelas que a

¹ Doutora em Serviço Social, Políticas Sociais e Movimentos Sociais. Escola de Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro

acumulação acelerada e intensiva do capital aos sujeitos individuais, supervalorizando o mercado, esvaziando quando não tenta excluir os direitos dos trabalhadores tão duramente conquistados no decorrer do processo histórico. Pierre Rosanvallon (1995) e Robert Castel (1999) se alinham nessa linha de pensamento.

A velhice, dentre dessa segunda concepção seria, no Brasil, uma “nova questão social”, face ao crescimento demográfico do segmento, que demanda serviços e ações da combatida seguridade brasileira. A exclusão digital dos idosos seria uma das facetas dessa “nova questão social”.

Entendemos que a exclusão social dos idosos seja uma das expressões da questão social, entendida dentro da tradição marxista, baseando-se nos autores citados.

O tema da exclusão digital e envelhecimento abarca inúmeras e complexas questões que vão requerer uma contextualização no panorama da sociedade contemporânea. Mesmo que a abordagem seja desmembrada para efeitos didáticos, não se deve permitir que seja entendida de forma fragmentada e focalista.

O fenômeno do envelhecimento brasileiro torna-se cada vez mais visível e relevante na sociedade. As projeções do IBGE revelam que o Brasil terá, em 2025, mais de 30 milhões de idosos, correspondendo a 15% de sua população total. Os fatores demográficos que denotam a incidência cada vez mais representativa do contingente idoso no Brasil se referem, por um lado, ao aumento da expectativa de vida, decorrente, dentre outros fatores dos avanços registrados na área do saneamento e na saúde, por um lado, e, por outro, na diminuição nos índices de natalidade e de fecundidade nos últimos 20 anos. (Freitas, 2004)

Mas as melhorias na qualidade de vida, no Brasil, acompanham a espetacular desigualdade na distribuição de renda e de serviços. Constata-se, assim, que nos grandes centros urbanos das regiões sudeste e sul e nas camadas mais altas de renda, as oportunidades de enfrentar o envelhecimento com saúde, conforto e dignidade são infinitamente maiores do que para as pessoas pobres que vivem nos rincões mais afastados e sem infra-estrutura de serviços de saúde e de saneamento. Mais importante do que acrescentar anos à vida, é, ao nosso entender, dar qualidade a esse tempo para que ele realmente valha a pena ser vivido (Goldman, 2003).

Por outro lado, é impossível pensar a sociedade no século XXI sem a referência aos avanços das ciências em geral e, especificamente, com as ciências da informação e as novas tecnologias. Inúmeros autores como Bravermann (1981) e Levy (1993) dentre outros, têm estudado e ampliado o debate acerca das modificações introduzidas pela informática

As novas tecnologias informacionais transformam a vida de todas as gerações. É comum associarmos a informática aos segmentos mais jovens da sociedade, Se o mundo informacional se mostra um grande desafio para a população em geral, para os velhos pode

parecer uma barreira difícil de transpor. Desde o recebimento nos guichês bancários, aos saldos e extratos e, até o uso de equipamentos como vídeo, televisão, forno microondas, requerem o uso de teclas que deixam os idosos desanimados. O computador, então, é visto como um grande mistério.(Goldman, 2006).

A exclusão digital no Brasil reflete indicadores que reafirmam as diferenças regionais, acompanhando pari passu os níveis da desigualdade de bens e serviços destinados às regiões brasileiras, conforme tabela a seguir:

Tabela1:Acesso a Computador por Domicílio

País/região	População total	Nº incluídos	% incluídos
BRASIL	168 450 489	17 328 185	10.29
Norte	12 747 487	528 357	4.14
Nordeste	47 451 289	2 050 883	4.32
Sudeste	71 870 877	10 732 002	14,93
Sul	24 905 421	2 921 899	11.73
Centro Oeste	11 475 415	1 095 044	9,54

Fonte: Censo Demográfico IBGE 2000

Outro dado importante detectado na PNAD 2001 se refere à relação entre as faixas etárias e a exclusão digital. No cômputo geral, os mais velhos são os mais excluídos, tanto no acesso ao computador quanto no acesso a Internet. Percebe-se que a inclusão digital segue a teoria do ciclo da vida, pois apresenta uma tendência de crescimento à medida em que a idade aumenta até certo ponto, na faixa dos 40 a 45 anos, quando começa a declinar. A mesma tendência se dá no acesso à Internet.

É essa relação entre o envelhecimento e exclusão digital que buscamos apresentar, usando como base a literatura disponível e uma pesquisa realizada de 2003 a 2005 na Escola de Serviço Social da UFRJ com o apoio da Fundação Carlos Chagas de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ.

2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENVELHECIMENTO, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL

Entendemos a velhice como um fenômeno histórico, social, cultural, de alta complexidade, multifacetado e multidisciplinar que perpassa as trajetórias de vida pessoal e social e só pode ser compreendida em determinados tempo, espaço, classe social relações de gênero e de etnia, dentre outras variáveis.

A temática do envelhecimento se revela cada vez mais relevante no cenário social mundial e, particularmente no Brasil A produção bibliográfica atual vem demonstrando que o estudo da Terceira Idade avançou nos últimos anos. A temática antes restrita à

medicina e à antropologia amplia os seus horizontes. Demógrafos, sociólogos, estatísticos, assistentes sociais, psicólogos, filósofos, fisioterapeutas, jornalistas, dentre outros profissionais engrossam o contingente de intelectuais que pesquisam e buscam alternativas de intervenção junto à população idosa.

Ao lado dos esforços desses intelectuais vive-se uma conjuntura de crises múltiplas. A de maior amplitude resulta da reordenação da economia mundial com a transnacionalização da economia nos moldes neoliberais que torna o Estado nacional uma unidade do sistema internacional.

Nos países em que a perspectiva neoliberal se consolidou promoveu o desmonte do Estado de Bem-Estar colocando em xeque os direitos sociais. Como consequência, o número de excluídos se ampliou de forma assustadora nos países do denominado Primeiro Mundo. Esses indicadores traçam um futuro pouco otimista devido à consolidação do projeto neoliberal nesta latitude que arrasta seus problemas sociais, políticos, econômicos e culturais há algumas décadas, sem perspectivas de equacioná-los.(Goldman,2003).

As condições da sociedade brasileira tornam difícil compreender de que modo é possível atender às demandas sociais numa política recessiva que, ao mesmo tempo em que permite avanços científicos e tecnológicos não resolve problemas básicos de sobrevivência das amplas faixas de excluídos.

O aumento progressivo da população idosa brasileira, por um lado e o crescimento na expectativa de vida dos brasileiros, por outro, conforme indicam os quadros 3 e 4 , revela uma possibilidade de ampliar o fosso intergeracional no que concerne à inclusão digital, com uma inserção muito mais rápida dos contingentes jovens, já socializados sob a informatização enquanto os mais idosos apresentam dificuldades por razões cognitivas, físicas, sociais, culturais , dentre outras.

O avanço das novas tecnologias, ao mesmo tempo em que promove melhorias para a população traz á tona uma nova forma de exclusão: a digital, que atinge a todos aqueles que não têm acesso ao equipamento e/ou aos procedimentos técnicos para fazer funcionar computadores, centrais eletrônicas, caixas de bancos, celulares, controles remotos, fornos micro-ondas e demais máquinas. Um dos segmentos mais atingidos pela exclusão digital é o idoso, razão pela qual abordamos essa temática no presente capítulo.

Quando se fala de programas educacionais, a primeira e muitas vezes única imagem que surge no imaginário social , se destinam às crianças, adolescentes e adultos jovens. Os idosos costumam ser excluídos do ensino formal e são raros os projetos de formação para os velhos. Há, no entanto, uma ampliação crescente de programas extensionistas para idosos, principalmente nas chamadas universidades abertas para a terceira idade, muitas delas em universidades privadas, que cobram mensalidades e, por isso vão atingir o contingente idoso mais abonado. Os cursos de informática costumam ter

uma demanda significativa e fazem parte do elenco de disciplinas oferecido pela maioria destas universidades.

Há, porém, um público idoso que não frequenta cursos de informática e que não se sente motivado a se incluir no mundo digital. Numa pesquisa realizada na Escola de Serviço Social da UFRJ, ficou nítido o pouco interesse da maioria dos idosos pela inclusão digital, ou por entenderem ser um desafio maior do que as suas possibilidades (o acesso à informática parece ser um obstáculo intransponível para os velhos) ou por não entenderem o alcance da necessidade na inclusão digital (delegam aos jovens as tarefas que exigem agilidade e conhecimento do manuseio de cartões e equipamentos eletrônicos). Em ambas as situações, fica explícita a falta de uma política pública que pudesse esclarecer e motivar os idosos para que se incluam no mundo digitalizado.

Há, ainda, um preconceito, assumido por todas as faixas etárias, a idosa, inclusive, de que o processo de aprendizagem é incompatível com a velhice. O debate sobre educação e velhice é necessário e urgente, daí apresentarmos um panorama geral para uma reflexão sobre o tema.

Há pistas de que o sistema educacional reproduz a desigualdade que ocorre na sociedade e que sob a era da informática, se amplia. Há que se considerar, também, fatores como a divisão social do trabalho, a industrialização e a urbanização, as transformações na organização e nas relações de trabalho, os meios de comunicação de massa, além de questões relativas à identidade cultural no sistema educacional como um todo e na educação permanente, entendida como processo que acompanha todas as etapas da vida. A democratização do ensino e sua extensão como educação permanente são inconcebíveis nas condições estruturais e conjunturais das sociedades sob o impacto da globalização. É fundamental, portanto que haja uma verdadeira mudança na distribuição de renda, das terras e do poder.

Mas a educação permanente integral só será possível quando houver uma sociedade verdadeiramente democrática em que o acesso à informação seja compartilhado pelos cidadãos, independente da faixa etária em que se situem.

Liberato (1996), no artigo “Educação Continuada e Faculdade da Terceira Idade”, destaca a importância da educação para aumentar as possibilidades dos indivíduos e da comunidade no sentido de atingir níveis mais amplos de consciência crítica para o exercício da plena cidadania, pleiteando seus direitos e conhecendo suas responsabilidades. Entende a educação permanente como aquela que se processa no decorrer de toda a vida e é um direito garantido constitucionalmente. A educação continuada, em sua opinião, segue a mesma linha da educação permanente, mas volta-se para a democratização do sistema educativo como um todo e dá acesso às pessoas de qualquer idade ao referido sistema, através da rede formal e informal.

Oliveira (1996), no artigo “Universidade Aberta e Co-Educação de Gerações”, apresenta algumas idéias de sua tese de doutoramento intitulada “Vidas Compartilhadas” defendida em 1993 no Instituto de Psicologia da USP. O foco central do texto remete ao processo de co-educação entre gerações que envolve a dinâmica intergeracional como modeladora das marcas da passagem das gerações em termos de tempo e de espaço. Sinaliza que esse processo não é tarefa fácil porque o foco da educação se volta para as gerações mais jovens. Para enfrentar a questão, sugere um pacto intergeracional, importantíssimo no caso da inclusão digital, onde os jovens dominam conhecimentos e podem ensinar aos mais velhos, num relacionamento que extrapola o simples repassar de informações e conhecimentos. E conclui:

“As novas possibilidades que se abrem para gerações que participam de um projeto de co-educação implicam assim, renovação e conquistas. Isso porque a aquisição de um saber não ocorre como quem passa um anel entre as mãos, mas comporta um trabalho na mente de quem o recebe, ingressando na via dessa pessoa como conquista”. (Oliveira, 1996:9).

Entendemos que ensinar à população idosa tenha suas peculiaridades, condicionadas não só pelo padrão etário mas também pela cultura, pela classe social, pelo nível de instrução, pela região, pelas condições de saúde, dentre outras. Por outro lado, um processo pedagógico exclusivo se configura, também como excludente e estigmatizador. O contingente idoso sadio tem potencial para se inserir no processo de aprendizagem tal como ocorre nas demais faixas etárias. Porém, no caso da Informática, há um defasagem muito grande entre o grande conhecimento acumulado pelos jovens, já nascidos e socializados sob o império dos ícones, teclas, botões e mouse e a quase nenhuma familiaridade da maioria dos idosos, o que vai requerer uma pedagogia diferenciada para facilitar tanto aos alunos quanto para os professores, em sua grande maioria constituída por jovens.

Destacamos que a educação permanente e a possibilidade de reciclagem permanente para todas as gerações, especialmente a idosa, se revela como uma das alternativas para a construção e consolidação dos direitos sociais e políticos dos idosos.

A relevância da questão educacional é indiscutível para todas as faixas etárias e não pode ser negligenciada para os idosos. As instituições educacionais públicas e privadas têm uma função social relevante na conquista e usufruto da cidadania dos velhos, através de estudos, pesquisas, cursos, atividades e prestação de serviços. Mas temos clareza que só num país com distribuição de renda mais justa, com políticas sociais que contemplem os milhões de excluídos, com um padrão de valores e um aparato jurídico que se coadunem com a realidade nacional, sem favorecimentos para os mais afortunados, como ocorre cotidianamente no Brasil, podemos avocar uma democracia de direito e de fato, para os cidadãos de todas as faixas etárias, inclusive uma vida mais digna para os velhos.

A vida cotidiana no início do século XXI é nitidamente marcada pela introdução da informática. A expansão dos meios de comunicação de massas e o avanço das novas tecnologias apontam para essa sociedade que precisa não só de novos modelos para o mundo do trabalho, mas novas estratégias políticas que, articuladas aos mecanismos contemporâneos de comunicação de massa, possam rediscutir a cidadania e a democracia em escala mundial.

Pierre Levy(1993), um dos mais renomados estudiosos das ciências da informação fundamenta-se -na concepção ontogenética que critica uma visão simplista e exclusivista oriunda de um antagonismo no qual o progresso científico e tecnológico de um lado é concebido com excesso de otimismo e de outro é marcado por um pessimismo exagerado. Mais do que uma crítica, esta concepção busca romper um esquema de dominação onde o homem domina a técnica ou é dominado por ela. Lévy (1993) concebe a técnica como dimensão de individuação, sendo a relação homem-técnica apreendida através da lógica da composição e não da dominação , relação que é viabilizada se analisada no contexto da significação cultural.

Neste sentido, pode-se entender o acesso à informática e à informação como instrumento de formação e, por isso mesmo, provedor de oportunidades. A exclusão sócio-econômica pode desencadear a exclusão digital, uma das faces da exclusão social. Domingo e Ferreira (2003) entendem a inclusão digital como o esforço de fazer com que a maior parte possível das populações das sociedades contemporâneas – cujas estruturas e funcionamento estão sendo alteradas pelas tecnologias de informática e de comunicação – possam ter possibilidades de receber conhecimentos para usar os recursos das redes informacionais e de telecomunicações e dispor de acesso físico regular a esses recursos.

A inclusão digital ter por alvo propiciar condições de universalização entre as populações, do uso instrumental dos recursos das tecnologias de informática e de comunicação, para a aprendizagem contínua e autônoma, para dar voz às comunidades e setores que normalmente não têm acesso à grande mídia e para apoiar a organização e o adensamento da malha de relações comunicativas entre os atores da sociedade civil que constituem a esfera pública e para fomentar o exercício da cidadania.

Convém lembrar que o conceito de cidadania tem múltiplas e polêmicas reflexões. Carlos Nelson Coutinho (1997), um dos autores de maior reconhecimento na academia e na sociedade assim a define:

cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela via social em cada contexto historicamente determinado.(...) A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração”. (1997:146)

Coutinho observa o caráter inclusivo da cidadania e a sua condição de processo, construído socialmente dentro das condições históricas determinadas. A possibilidade do exercício de uma cidadania plena se esvai numa sociedade de classes e marcada pela desigualdade, como o caso do modelo capitalista, na medida em que a ampliação da participação da população no processo político colide com a lógica do capital.

Concluimos, como Coutinho, que a cidadania, enquanto conceito é factível mas enquanto prática ela se limita aos sujeitos que participam efetivamente dos bens socialmente produzidos e da construção coletiva do espaço público, gestando e controlando a esfera política. O acesso á tecnologia informacional seria um instrumento, dentre outros, que poderia facilitar o acesso do contingente idoso ao exercício da cidadania na brasileira, sociedade dinâmica, complexa e marcada por intensa desigualdade na distribuição de renda.

A inclusão digital é um conceito que engloba políticas de educação que permitam a alfabetização digital na medida em que está em jogo a questão dos fins da inclusão digital e também as articulações dessa com outras questões críticas – como, por exemplo, a capacitação para o exercício da cidadania ativa e sua inserção na esfera pública como interlocutor e não apenas como receptor.

Se para o contingente jovem já é difícil promover a inclusão digital, pois o acesso às redes de informática e de comunicação via internet é restrito, para os idosos passa a ser mais complexa . Por outro lado, há, ainda poucos investimentos em políticas públicas para viabilizar programas que permitam a inclusão social e econômica á população brasileira. E as ainda incipientes estratégias de inclusão digital se dirigem quase exclusivamente às faixas mais jovens

A sociedade se torna cada vez mais informatizada e digitalizada, o que vai exigir permanente necessidade de acompanhar as mudanças que interferem no cotidiano de todas as pessoas. Há uma ampliação cada vez mais sofisticada de equipamentos e serviços que requerem conhecimento e agilidade.

Além do constrangimento causado por não saber usar os equipamentos eletrônicos, há o risco de situações de violência, caso típico daqueles que são lesados nos caixas eletrônicos de bancos.

3 CONCLUSÃO

O projeto neoliberal que ora se espraia por quase todos os países do mundo e vem se consolidando no Brasil, tende a acirrar os problemas sociais, políticos e culturais do contingente excluído da chamada Revolução Técnica e Científica. A população idosa engrossa essa massa excluída pois, dentre outras causas, tem oportunidades restritas de acompanhar o acelerado ritmo das mudanças tecnológicas.

A complexidade das novas formas de acessibilidade às informações e aos serviços coloca em xeque a capacidade de conhecimento e de agilidade da população idosa. Os caixas eletrônicos de bancos, os terminais eletrônicos do INSS e demais repartições de prestação de serviços, dentre outros, exigem uma rapidez de ação, muitas vezes difícil para os idosos e impossível para os analfabetos ou pouco alfabetizados.

Rodrigues (1994) em sua análise sobre o modelo de comunicação em rede, sugere a implementação de alguns dispositivos que irão permitir o acesso de todos os indivíduos à informação que circula nas redes, combatendo, assim, o fenômeno da info-exclusão, através de políticas públicas de educação e de justiça social.

Num país com a espetacular e vergonhosa concentração de renda como o Brasil, como inserir toda a população no mundo digital se nem as necessidades básicas de sobrevivência, como alimentação, saúde, educação, infra-estrutura básica de saneamento e educação são supridas ?

Paralelamente, persiste a necessidade de oferecer à população idosa um locus para construir e exercitar a cidadania garantindo-lhe o usufruto dos direitos civis, políticos e sociais conquistados historicamente e mais recentemente através da mobilização dos idosos a Constituição de 1988 e do Estatuto do Idoso O acesso aos recursos informacionais pode ser um forte aliado na luta dos idosos, permitindo ampliar a rede através de trocas de e-mails, de acesso à Internet, para pesquisa e consultas sobre leis e os direitos dos idosos, além de busca de endereços eletrônicos de entidades de aposentados e pensionistas e dos inúmeros portais sobre velhice existentes no Brasil e no mundo.

A existência de um vasto contingente populacional idoso no Brasil demanda, dentre outros, serviços de educação continuada para garantir a inserção no cotidiano cada vez mais informatizado.

A implementação efetiva de uma política pública de inclusão social é uma necessidade para todas as idades. As gerações mais jovens revelam interesses mais evidenciados do que as mais velhas na inclusão digital, o que vai demandar esforços e focos específicos para os idosos.

Há que se reiterar, no entanto, que a efetividade de ações educativas rumo à inclusão digital, só será possível numa sociedade brasileira verdadeiramente democrática, mais justa, menos desigual, que respeite e dê oportunidade aos velhos de se conectarem com o mundo contemporâneo, marcado pela era digital.

REFERÊNCIAS

- BRAVERMAN H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- CARDOSO, F. G. *et al.* **Questão Social**: fenômeno vinculado à histórica luta de classes e determinante básico do Serviço Social como profissão. In: Ser Social. Programa de Pós-Graduação em Política Social, UnB, nº 6, jan-jun., 2000.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis, Vozes, 1999. Segunda parte.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A “questão social” no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.
- COUTINHO C.N. **Notas sobre cidadania e modernidade**. In: Praia Vermelha. V. 1, nº 1, 1^o. Sem, Rio de Janeiro:ESS/UFRJ, pp. 145-166.,1997.
- DOMINGOS H. M. G. e Ferreira, T. F. **A Inclusão Digital para os municípios e do Vale do Jequitinhonha e do Médio Espinhaço**. In: Anais do 5^o.Seminário de Extensão da Universidade do Estado de Minas Gerais, pp.104-110, 2003.
- FREITAS E. V.. **Demografia e Epidemiologia do Envelhecimento** In: *Tempo de Envelhecer*. Py. Ligia e outros (orgs),Rio de Janeiro, Editora Nau, 2004.
- GOLDMAN S.N. **Universidade para a Terceira Idade**: Uma Lição de Cidadania. Olinda, Editora Elógica. 2003
- GOLDMAN, S.N. [Virtu@lidade](#) : **As delícias e as agruras da Internet para idosos**. Olinda. Editora Elógica, 2006.
- IAMAMOTO, M.. **A questão social no capitalismo**. In: Temporalis. Brasília, ABEPSS, nº3, jan/jul. 2001.
- LÉVY,P. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993
- LIBERATO E.M. **Educação continuada e faculdade da terceira idade**. In: *A Terceira Idade*. nº. 12, Ano IX, Ago, São Paulo:SESC, pp.11-16. 1996
- NETTO, J.P. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo, Cortez, 1992, capítulo 1.
- _____. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. In: Temporalis. Brasília, ABEPSS, nº3, jan/jul. 2001.

OLIVEIRA P S Universidade aberta e co-educação de gerações”. In: *A Terceira Idade*. São Paulo:SESC, Ano IX- nº 12, Ago, pp.5-9.1996.

RODRIGUES A. **Comunicação e Cultura:** a experiência cultural na era da informação.Lisboa:Editorial Presença , 1994.

ROSANVALLON, P. **La nouvelle question sociale** – Repenser l’État-providence. Paris, Seuil, 1995.